

A Cidade Colonial do Estado Novo e a Estruturação do Território Ultramarino

Rui Paes Mendes - ruipmendes@netvisao.pt ;

Cidades, urbanismo, arquitectura, expansão, políticas

A presente comunicação assenta numa síntese elaborada a partir do desenvolvimento da tese de doutoramento subordinada à(s) forma(s) como o Estado Novo pensava e concebia o território ultramarino, nomeadamente o espaço colonial africano.

Desta forma a apresentação procurará dar conhecer o desenvolvimento da cidade colonial portuguesa em especial durante o período do Estado Novo e como esta foi instrumento para a estruturação do território ultramarino português, em particular no espaço africano, nomeadamente:

- crescimento e evolução da cidade colonial produzida pelo Estado Novo como objecto arquitectónico e urbanístico - como se pensou e fez a cidade colonial portuguesa durante o período: constantes e invariantes arquitectónicas e urbanísticas do espaço colonial, de regime, de autor e erupções populares europeias e autóctones.

- o diálogo cidade/região

- a rede urbana colonial

o papel da cidade colonial do Estado Novo como agente de estruturação/reestruturação do espaço político-administrativo ao nível das redes nacionais e regionais criadas pelo regime.

Os estudos sobre o espaço colonial delineado pelo Estado Novo confinam-se na maioria das vezes a uma análise puramente urbana, ou então analisando o espaço do ponto de vista antropológico/sociológico. Poucos estudos de cariz eminentemente de Geografia existem sobre a forma como se construíram as actuais redes urbanas e territoriais das antigas colónias portuguesas, analisadas numa óptica de cidade/região. O geógrafo Jorge Gaspar, refere no volume quatro da Enciclopédia Geografia de Portugal, publicada pelo Círculo de Leitores (2005) que "Está por fazer a história das acções de planeamento regional e urbano, bem como das iniciativas no âmbito do ordenamento do território, a diferentes esclas, nas várias colónias portuguesas de África, particularmente relevantes em Angola e Moçambique".

O estudo da cidade colonial portuguesa incide essencialmente sobre os territórios brasileiro e indiano, deixando de fora a cidade e os territórios coloniais africanos, por razões compreensíveis: a situação de instabilidade política interna de muitos destes países, alguns a braços com guerras civis (que afectaram muito do edificado colonial e da sua estrutura territorial). No entanto, estando estes constrangimentos ultrapassados ou pelo menos

mitigados, estão reunidas as condições para se efectuar um trabalho sistemático para a compreensão do legado e influência portuguesa naqueles espaços.

Serão apresentados estudos de caso sobre cidades/espacos em Angola e Moçambique assentes numa lógica norte/sul e de cidade litoral/cidade do interior, acompanhando o sentido da expansão e aprofundamento da colonização portuguesa e por ser no interior desses territórios onde temos as cidades temporalmente mais recentes e aquelas que do ponto de vista do diálogo com a região e da construção da rede urbana da colónia mais respeitará as fórmulas do Estado Novo.

A contextualizar o espaço colonial africano será feita uma intergração comparativa com os restantes espaços coloniais africanos e respectivas políticas estruturadoras dos territórios com um especial enfoque nas concepções urbanísticas e arquitectónicas, nomeadamente dos espaços coloniais francês e britânico com os quais as colónias portuguesas confinavam no que se refere à construção das suas cidades coloniais e formas de estruturação do espaço colonial, nomeadamente como base de entendimento das principais linhas condutoras da política colonial portuguesa ao nível da intervenção no território.

Como hipótese de trabalho inferimos que as cidades no interior das ex-colónias portuguesas tenham sido valorizadas do ponto de vista administrativo pelo Estado Novo e, sendo mais recentes na sua fundação (finais do séc. XIX/inícios do séc. XX, onde se inclui o caso especial de Nova Lisboa/Huambo, planeada para ser capital de Angola) será possível encontrar/identificar um modelo urbano e de spillover territorial assente na filosofia do Estado Novo. Estamos em crer que essas cidades de interior serão aquelas que estarão mais “puras”, mais próximas do espírito arquitectónico e urbanista do Estado Novo, não tendo sido grandemente “contaminadas” pelos movimentos internacionais que influenciaram arquitectos e urbanistas e introduziram alterações ao estilo Estado Novo e mesmo “Português Suave”, modificações essas que terão sido sentidas pelas cidades mais importantes e ricas do litoral.

A um outro nível, interessa-nos também testemunhar as redes nacionais e regionais criadas pelo Estado Novo: foi uma prioridade do regime o estabelecimento de uma colonização de facto de todas as colónias, submetendo os poderes tradicionais a uma autoridade superior e a um espírito de lusitaniedade? Que redes urbanas se estabeleceram (nacional e regional e tipologia administrativa)? Como se projectou/forjou a imagem de nação? Que papel tiveram as cidades nas redes de solidariedade regional/nacional?

Paralelamente, será relevante a apresentação de um breve esboço sobre a política de obras públicas do Estado Novo em território nacional (mas também da Cultura, tanto casos particulares como em sentido lato), os movimentos arquitectónicos, os principais arquitectos e os principais edifícios/conjuntos urbanísticos, como ponte de abordagem comparativa contextualizadora das realidades coloniais portuguesa.

A finalizar um breve abordagem relativamente à forma como a cidade colonial é entendida e intervencionada pelos diversos actores e responsáveis políticos, assim como pelos arquitectos, urbanistas, se possível num óptica transgeracional (os que fizeram a cidade/o território e

aqueles que actualmente o fazem) como forma de compreender as diferentes concepções de espaço.